

COMER OU “ENRIQUECER”? Os Desafios da Produção Agroecológica e Meio à Expansão da Soja em Santana do Livramento/RS

Mitali Daian Alves Maciel¹
Alessandra Troian²

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.14202>

Submetido em: 23/3/2023

Aceito em: 5/5/2025

Publicado em: 27/6/2025

RESUMO

A agricultura familiar agroecológica tem potencial para promover a sustentabilidade no meio rural, enquanto os monocultivos podem gerar impactos negativos ambientais e sociais. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar as ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos perante a expansão do monocultivo da soja no município de Santana do Livramento/RS. Este estudo possui abordagem qualitativa, caráter exploratório e descritivo e método de estudo de caso. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: entrevistas semiestruturadas e observação não participante. Realizou-se 14 entrevistas: 9 com agricultores familiares agroecológicos e 5 com agentes de desenvolvimento. A partir de análise de conteúdo e das percepções anotadas no diário de campo, verificou-se que as principais ameaças vivenciadas pelos agricultores familiares agroecológicos são: o preconceito à mulher; a escassez de mão de obra qualificada; a falta de reconhecimento dos consumidores; a proximidade com os monocultivos que utilizam agrotóxicos; a precária situação das estradas rurais; a carência de incentivos públicos; e a baixa valorização em relação à produção de alimentos no sistema de produção agroecológico. Os entraves elencados evidenciam a urgência de reflexões e ações em prol do tipo de alimento que se deseja consumir e do modelo de produção a valorizar em defesa de um sistema agroalimentar mais justo, responsável e sustentável.

Palavras-chave: agricultura familiar; alimentos; sustentabilidade; agroecologia.

EATING OR “ENRICHING”? THE CHALLENGES OF AGROECOLOGICAL PRODUCTION AMIDST THE EXPANSION OF SOYBEANS IN SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

ABSTRACT

Agroecological family farming has the potential to promote sustainability in rural areas, while monocultures can have negative environmental and social impacts. This research aims to analyze the threats to family agroecological food production in the face of the expansion of soybean monoculture in the municipality of Santana do Livramento/RS. The study has a qualitative approach, an exploratory and descriptive nature and a case study method. The data collection techniques used were semi-structured interviews and non-participant observation. Fourteen interviews were carried out, nine with agroecological family farmers and five with development agents. Based on content analysis and the perceptions recorded in the field diary, it was found that the main threats experienced by agroecological family farmers are: prejudice against women; a shortage of qualified labor; a lack of recognition from consumers; proximity to monocultures that use pesticides; the precarious situation of rural roads; a lack of public incentives; and low appreciation for food production in the agroecological production system. The obstacles listed highlight the urgent need for reflection and action in favor of the type of food we want to consume and the production model to be valued, in defense of a fairer, more responsible and sustainable agri-food system.

Keywords: family farming; food; sustainability; agroecology.

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6639-3922>

² Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Santana do Livramento/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8207-6436>

INTRODUÇÃO

Comer é um ato político, mas somente para quem consegue realizar escolhas alimentares. Todos os cidadãos deveriam poder exercer o direito da escolha e possuir, de forma acessível, uma diversidade de alimentos para a mais básica e visceral ação diária, que é a de se alimentar (Dowbor, 2022). A opção de escolha nem sempre existe, tendo em vista a crônica desigualdade socioeconômica brasileira, manifestando-se em um direito negado à população mais pobre, que vive em um contexto de insegurança alimentar e fome.

Os dados do segundo inquérito nacional sobre insegurança alimentar, no contexto da pandemia da Covid- 19 no Brasil, retratam que mais da metade da população se encontra em situação de insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave, isto é, 125,2 milhões (cerca de 58,7%) não têm acesso pleno e permanente aos alimentos. Ainda, 33,1 milhões de brasileiros passam fome, o que corresponde a 15,5% da população³ (Rede Penssan, 2022).

Enquanto parte significativa da população brasileira passa fome, a produção agrícola do país marca a casa de toneladas. Conforme os dados disponíveis pela Companhia Nacional de Abastecimento, a safra brasileira de grãos no ciclo 2021/2022 é considerada uma supersafra, com volume recorde estimado de 272,5 milhões de toneladas. As *commodities* agrícolas, especialmente os cultivos de milho, sorgo e soja, alavancam a produção (Conab, 2022; Alves Maciel; Troian; Vasconcelos de Oliveira, 2022). Segundo as informações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o setor agrícola brasileiro produz comida suficiente para alimentar 800 milhões de pessoas por ano (Embrapa, 2021a). Enquanto, no entanto, o agronegócio comemora os resultados surpreendentes de aumento da produtividade na produção de grãos nas últimas décadas e conquista a marca de maior produtor e exportador de soja mundialmente (Embrapa, 2021b), os números da fome e insegurança alimentar crescem substancialmente.

Com efeito, considera-se que a segurança alimentar não se restringe ao acesso aos alimentos, mas é “constituída da equidade no uso dos territórios e na definição de modelos de produção que possam assegurar a justiça social e o bem-estar da população” (Corrêa *et al.*, 2019, p. 1071). Em oposição a esse entendimento, parte expressiva das atividades do sistema agroalimentar brasileiro negligencia as problemáticas impostas pela expansão do capital agroindustrial na agricultura. O modelo hegemônico de produção de alimentos, vigente desde a Revolução Verde, proporcionou a expansão de monocultivos, a mecanização da produção e a incorporação intensiva de insumos químicos por meio da adoção de pacotes tecnológicos e da produção em larga escala, principalmente de *commodities* agrícolas, destinada usualmente à exportação, numa perspectiva de acumulação financeira, tendo, sobretudo, como consequência, a padronização e a homogeneização alimentar (Dal Soglio, 2016; Corrêa *et al.*, 2019).

Para Maluf (2020), o cenário brasileiro vive uma contradição: o país é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, mas o sistema alimentar dominante endossa e produz desigualdades. Além dos desmantelamentos das políticas públicas para a promoção da segurança alimentar, o agronegócio exportador de *commodities* agrícolas, ao ser incorporado ao negócio global, concentra o acesso à terra, resultando em impactos ambientais, econômicos

³ O Brasil volta ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, do qual havia saído em 2014.

e sociais. Soma-se a isso a predominância de um padrão alimentar determinado e dominado pela indústria agroalimentar. O modelo convencional de agricultura não tem como propósito contribuir para a alimentação humana, tampouco prevê a valorização de aspectos culturais e sociais do espaço, mas, sim, promover e assegurar ganhos financeiros nas operações de troca de produtos agrícolas no decorrer de suas cadeias produtivas (Dal Soglio, 2016).

Aquino e Schneider (2021) argumentam que, em meio às grandes propriedades produtoras de *commodities* agrícolas, tem-se a agricultura familiar produzindo alimentos que abastecem o mercado interno, mesmo em um cenário desfavorável, com reduzidas áreas para cultivo, sem apoio de políticas públicas e incentivo para a produção. Dados mostram que cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos pela agricultura familiar, entretanto utilizam apenas 23% da área total ocupada por todos os estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2019). De maneira específica, agricultores familiares agroecológicos apresentam-se como instrumento para reverter o sistema agroalimentar para modelos de produção de bases sustentáveis, caracterizando-se como resistentes e resilientes ao fornecer à sociedade alimentos saudáveis, diversificados e nutritivos (Maciel, 2022). Os agricultores familiares têm o potencial de resgatar formas de produzir mais sustentáveis por meio da produção agroecológica (Weber; Silva, 2021).

Cabe evidenciar que a agroecologia tem passado por diversas reflexões quanto à sua definição e, pragmaticamente, tem sido aceita como um espaço que abrange ciência, movimento e prática (Wezel *et al.*, 2009). Com a produção agroecológica de alimentos objetiva-se a conservação dos recursos naturais, a oferta permanente de alimentos nutritivos, a permanência das famílias no campo, a valorização dos saberes locais e a independência dos agricultores na comercialização. Assim, a produção agroecológica caracteriza-se por ser ecologicamente equilibrada, socialmente justa e inclusiva e uma via que coaduna a agricultura familiar e a sustentabilidade no espaço rural (Altieri, 2011).

O Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro que, tradicionalmente, destaca-se por sua produção agrícola e pecuária, sendo um dos maiores produtores de soja do Brasil. Em especial no município de Santana do Livramento, fronteira com Rivera, no Uruguai, na metade sul do Estado, são evidentes a dinâmica e as características elencadas em âmbito nacional. Ou seja, há produtores de soja celebrando a safra recorde junto ao elevado valor do dólar, enquanto uma parcela significativa da população não tem emprego ou possui trabalho informal, precário e vulnerável (Alves Maciel; Troian; Vasconcelos e Oliveira, 2022).

O município é o segundo maior em extensão territorial do Estado gaúcho; encontra-se na região da Campanha, com a presença da pecuária extensiva e dos monocultivos de arroz e soja, sendo conhecido pelas grandes extensões fundiárias. Ainda assim, unidades de produção familiares historicamente se fizeram presentes ali em parcela significativa, as quais se reproduzem às margens do agronegócio (Troian; Breitenbach, 2018). Em Santana do Livramento, segundo o último Censo Agropecuário, foram identificados 2.962 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 673.164 hectares. Desse total, 1.746 estabelecimentos (58%) enquadram-se na dinâmica da agricultura familiar, os quais utilizam uma área de apenas 56.494 hectares, ou seja, menos de 9% da terra (IBGE, 2019).

O cenário indica um processo de concentração de terra e predomínio da produção agrícola em escala industrial, resultando em problemas de ordem ambiental, econômica e

social, além da perda de biodiversidade local decorrente das transformações na utilização dos solos, principalmente referente à homogeneização e à padronização dos sistemas de produção (Maciel, 2022). A análise é realizada à luz das especificidades locais, historicamente marcadas por precária infraestrutura, baixos incentivos à produção sustentável de alimentos e privações de rendas que limitam as condições de vida daqueles que vivem no campo e na cidade (Ferron; Troian; Breitenbach, 2021).

Diante da problemática, a presente pesquisa tem por objetivo analisar as ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos perante a expansão do monocultivo da soja no município de Santana do Livramento/RS⁴. A redação do texto está organizada em cinco seções, a incluir esta introdução. Em seguida, discorre-se sobre o sistema agroalimentar, produção agroecológica familiar e sustentabilidade. Posteriormente, apresentam-se os procedimentos metodológicos e os principais resultados. Por fim, versam-se as considerações finais da pesquisa e as referências consultadas.

A SUSTENTABILIDADE FOMENTADA PELA PRODUÇÃO FAMILIAR AGROECOLÓGICA

A história da agricultura e da produção de alimentos ao longo do século 20, após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se um modelo imitado da Revolução Verde⁵ e da introdução da agricultura industrial. O sistema agroindustrial de produção de alimentos, que permitiu aumentar a oferta de matérias-primas alimentares, tem falhas, é ineficiente e contraditório, em especial porque o simples aumento da produção é insuficiente e não oferece a toda a população a segurança alimentar e nutricional que se espera, precisando haver uma distribuição adequada a todos que necessitam produzir e comer (Preiss; Schneider, 2020).

Os sistemas alimentares consistem em todos os elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições, empresas, organizações públicas e privadas) e atividades relacionados à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos e aos resultados dessas atividades (Rastoin; Gherzi, 2010). A evolução dos sistemas alimentares trouxe aumentos sem precedentes da produção e da riqueza, mas emergiram preocupações relativas às externalidades (Sabourin *et al.*, 2022).

Um agravante do modelo alimentar relaciona-se à qualidade dos alimentos, os quais são cada vez mais nocivos à saúde humana, seja pelo uso abusivo de agrotóxicos, pelo excesso de aditivos químicos para sua conservação e/ou pela perda da carga nutricional (Barcellos, 2020). Ainda, a pandemia da Covid-19 evidenciou, de forma incontestante, a vulnerabilidade do sistema alimentar global, centralizado e dependente de longas cadeias de produção-consumo, e colocou em foco as vantagens dos sistemas alimentares locais, ancorados em canais curtos de comercialização, desenvolvidos a partir de recursos locais (Grisa *et al.*, 2022).

⁴ O estudo contém resultados parciais da pesquisa de Mestrado da primeira autora. Ela foi realizada no âmbito do Círculo de Estudos em Desenvolvimento e Ruralidades (Ceder)/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/ceder/>.

⁵ A produção agrícola foi simplificada a ponto de adequar qualquer meio ambiente ao gerenciamento padronizado por pacotes tecnológicos. Assim, houve a intensificação por unidade de área de cultivo relacionada ao crescimento da monocultura, fertilizantes, pesticidas e agrotóxicos, pois métodos de produção considerados inovadores começaram a ser utilizados e as lavouras passaram a ser mecanizadas (Buainain, 2007).

Em uma perspectiva includente, prudente e aceitável, os sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, em via contrária, promovem os resultados globais da saúde humana, ecológica, da igualdade social e da prosperidade econômica. Além de possuírem baixo impacto ambiental, apoiam a biodiversidade, contribuem para a segurança alimentar e nutricional e favorecem as culturas e tradições alimentares locais (Swinburn *et al.*, 2019).

Blay-Palmer *et al.* (2020) definem sistemas alimentares sustentáveis na sua interface com as dimensões ambiental, social e econômica. Na dimensão ambiental os sistemas alimentares sustentáveis incorporaram métodos de produção ecológicos que reconhecem a importância da agroecologia, da biodiversidade e de recursos renováveis; protejam a qualidade do solo, água e outros recursos; e trabalhem em direção a sistemas alimentares de ciclo fechado regenerativo. Na dimensão social inclui-se o direito à alimentação e garantem-se segurança alimentar e nutricional, democracia alimentar, práticas de trabalho justas, equidade de gênero, conectividade social, autodeterminação cultural e direitos aos recursos naturais, por exemplo, o acesso à terra.

Finalmente, na dimensão econômica torna fundamental que os sistemas alimentares sejam construídos na premissa das atividades econômicas equitativas, fortalecendo circuitos curtos, redes alimentares alternativas, cooperativas, comunidades que sustentam a agricultura, e outras redes colaborativas. Ademais, destaca-se mecanismos de governança inclusivos, transparentes, participativos e democráticos (Blay-Palmer *et al.*, 2020).

A sustentabilidade na agricultura, conforme Altieri (2011) representa um avanço da chamada agricultura alternativa, surgindo como reação à agricultura convencional em oposição ao cultivo baseado na utilização de agentes químicos sintéticos e/ou geneticamente modificados. Assim, a agricultura sustentável propõe estilos de bases ecológicas que atendam aos requisitos da solidariedade entre as pessoas e com o meio ambiente (Hecht, 2011). Com efeito, na busca por diminuir a artificialização do ambiente natural por meio da agricultura, tem-se difundido as correntes da agricultura alternativa, dentre elas a produção agroecológica (Caporal; Costabeber, 2004a).

Para Weber e Silva (2021), a produção agroecológica está centrada na geração de alimentos naturais e sustentáveis como medida para potencializar as ações da agricultura familiar em prol da sustentabilidade. Ela abarca aspectos sociais e culturais, por consistir-se em uma alternativa para a construção de um novo paradigma para a agricultura, focado em ampliar as condições de acesso a alimentos saudáveis por meio de produção ecologicamente equilibrada, socialmente justa e inclusiva (Caporal; Costabeber, 2004b). A agroecologia associa-se à busca pela soberania e segurança alimentar e nutricional dos territórios devido à contribuição à adaptação da produção agrícola às mudanças climáticas, à sustentabilidade social e ao bem-estar das populações locais (Sabourin *et al.*, 2022).

Mesmo, no entanto, que a produção agroecológica de alimentos não tenha como premissa única a produção no contexto da agricultura familiar, esse espaço constitui-se como o lócus ideal para o seu desenvolvimento, tendo em vista que é nesse espaço que tanto as bases econômicas, ambientais, sociais e culturais podem ser desenvolvidas, fortalecidas e respeitadas (Campanhola; Valarini, 2001). Importa destacar que, de acordo com Schneider (2009), os agricultores familiares se constituem como unidades formadas por grupos domésticos, os quais exercem suas atividades sob regime de economia familiar, unidos por laços consanguíneos e

parentais. Nessa perspectiva, tipifica-se a agricultura familiar como um conjunto familiar que desempenha o trabalho produtivo e, concomitantemente, são proprietários dos meios de produção, apresentando, assim, uma significativa diversidade e heterogeneidade nas formas sociais de organização socioprodutiva (Wanderley, 2015).

Reconhece-se, pela própria diversidade e heterogeneidade da categoria social, que fazer parte da agricultura familiar não significa por si só ser produtor de alimentos sustentáveis (Schneider; Cassol, 2014). Admite-se que boa parte da agricultura familiar, em especial aquela integrada aos mercados de *commodities* e com acesso ao crédito, desenvolve atividades em bases não sustentáveis. Acredita-se, porém, que as habilidades em adaptação aos diferentes cenários e mercados (Wanderley, 2015) fazem com que a agricultura familiar seja percebida como modelo alternativo ao padrão agroalimentar dominante (Grisa; Gazolla; Schneider, 2010). Nessa perspectiva, os agricultores familiares agroecológicos têm o potencial de produzir alimentos saudáveis e sustentáveis e, por consequência, despontam como alternativa para a promoção do desenvolvimento sustentável no setor agrícola (Corrêa *et al.*, 2019).

Por conta de suas especificidades, vislumbra-se a agricultura familiar como protagonista na produção de alimentos, ao ter capacidade de executar técnicas que cooperam com a preservação da biodiversidade e do meio ambiente natural, além de garantir o consumo de produtos naturais de qualidade e procedência, colaborando para o desenvolvimento sustentável e econômico da região em que está inserida (Hecht, 2011; Grisa; Gazolla; Schneider, 2010).

Segundo Fernandes, Morales e Lourenzani (2021), os agricultores imersos na produção agroecológica desenvolvem suas práticas de acordo com as possibilidades que lhes são apresentadas, dos saberes que dispõem e dos entraves que vivenciam. Nesses termos, convivem com problemas de infraestrutura básica, que prejudicam a manutenção da produção. Persistem na atividade, na produção sustentável, entretanto, porque acreditam na agroecologia como uma forma de transformar suas realidades e o ambiente em que estão inseridos. Assim sendo, a seguir apresenta-se o percurso metodológico da presente pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui abordagem qualitativa, caracteriza-se pelo caráter exploratório e descritivo e pelo método de estudo de caso. O fenômeno estudado foi a produção agroecológica de Santana do Livramento. Os agricultores familiares agroecológicos participantes da pesquisa estão na contramão da lógica convencional do município, inseridos no contramovimento hegemônico da agricultura moderna, que se caracteriza pelos monocultivos, a base de pacotes tecnológicos baseados no intenso uso de insumos externos como agrotóxicos, fertilizantes e pesticidas, além de ser uma produção para exportação (Maciel, 2022). A Figura 1, a seguir, ilustra a localização do município de Santana do Livramento.

Figura 1 – Localização do município de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Elaboração própria.

A coleta de dados compreendeu a observação não participante e a realização de entrevistas semiestruturadas mediante o uso de roteiros previamente elaborados, considerando a literatura. As entrevistas ocorreram entre outubro de 2021 e janeiro de 2022. Foram efetuadas 14 entrevistas, 9 entrevistas com agricultores familiares agroecológicos (presencialmente⁶) e 4 com agentes de desenvolvimento (de forma híbrida – *on-line*, via plataforma Google Meet –, e presencial nos seus respectivos locais de trabalho). Os agentes atuam no Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Associação Santanense de Produtores de Hortifrutigranjeiros (ASPH), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e Secretaria de Agricultura de Santana do Livramento.

A observação foi realizada nas unidades de produção familiares e no local de comercialização de duas agricultoras, visando a observar suas práticas diárias, seu ambiente produtivo e os meios de reprodução. A observação foi empregada de maneira livre, espontânea, informal e não planejada. Os registros das observações foram descritos em um diário de campo para melhor descrever o ambiente econômico, social, cultural e ambiental vivenciado pelos participantes do estudo. A escolha dos entrevistados deu-se pelo método de bola de neve (Vinuto, 2014), e a delimitação do número de entrevistas ocorreu pelo critério de saturação, quando os dados apresentaram sinais de exaustão (Fontanella; Ricas; Turato, 2008).

Para o tratamento dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), gerando categorias a partir de padrões que emergiram de conteúdos similares

⁶ Respeitando os protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a prevenção da Covid-19.

entre as entrevistas e as observações. O conteúdo dos dados coletados foi agrupado em categorias, sem prévia determinação. Com a finalidade de preservar a identidade dos participantes do estudo foram usados nomes de acordo com a ordem de realização das entrevistas, a saber: “AF” para agricultores familiares e “AD” para agentes de desenvolvimento. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pampa sob o número de registro CAAE 50839221.2.0000.5323.

AGRICULTURA FAMILIAR PRODUTORA DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS: DILEMAS ECONÔMICOS, SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

Na agricultura familiar agroecológica de Santana do Livramento as principais características são: a predominância do sexo feminino, idade entre 30 e 72 anos, preponderância de formação em nível superior, naturalidade santanense e a maioria dos núcleos familiares composto por dois integrantes. A maior parte das unidades de produção familiares localiza-se na zona rural do município, com área de plantio variando entre 1 e 33 hectares. A comercialização direta é a forma de reprodução socioeconômica da categoria social. A venda ocorre por meio de feiras, aplicativos de mensagens, redes sociais e plataformas digitais, bem como a entrega a domicílio. Ainda, destaca-se que dois agricultores possuem a certificação social por intermédio de Organização de Controle Social (OCS), que os certifica como produtores orgânicos. Complementarmente outras características dos(as) entrevistados(as) e de suas produções estão sintetizadas no Quadro 1 na sequência.

Quadro 1 – Caracterização da agricultura familiar agroecológica em Santana do Livramento/RS

Entrevistado(a)	Principais alimentos produzidos	Tempo de produção	Movimento que integra
AF 01	Milho, mandioca, batata-doce, abobrinha, abóbora-cabotiá	15 anos	MST*
AF 02	Alface, couve, rúcula, espinafre, mandioca, batata-doce, salsa, cebolinha, ovos	5 anos	OCS e ASPH**
AF 03	Couve, alface, cenoura, salsa, cebolinha, batata-doce, mandioca, feijão, mel, queijo, ovos	30 anos	MST
AF 04	Acelga, alface, couve, rúcula, beterraba, alho-poró, tomate, cebola, brócolis, cenoura, pimentão, salsa, cebolinha, plantas alimentícias não convencionais	1 ano e 6 meses	Nenhum
AF 05	Alface, couve, acelga, beterraba, salsa, cebolinha, pêssego, laranja	7 anos	ASPH
AF 06	Mandioca, feijão-miúdo, frutas cítricas diversificadas, como laranja, limão, tangerina, pêssego	23 anos	OCS e ASPH
AF 07	Tubérculos em geral, como mandioca, batata-doce, beterraba, cenoura, frutas, hortaliças, legumes e verduras diversificadas, conforme a estação do ano	5 anos	Movimento <i>Slow food</i>
AF 08	Abóbora, rúcula, repolho, couve, alface, salsa, cebolinha, berinjela, espinafre, tomate-cereja, ovos, morango, pêssego	10 anos	ASPH
AF 09	Pepino, alface, pimentão, tomate, rúcula, uva, maçã, pêssego, laranja	12 anos	Nenhum

* Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

** Associação Santanense de Produtores de Hortifrutigranjeiros.

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

A agricultura familiar agroecológica em Santana do Livramento apresenta variedade e diversidade na produção de alimentos, e produz respeitando a sazonalidade, o que permite o consumo de alimentos variados ao longo das estações do ano. Os principais alimentos produzidos nas unidades de produção familiares agroecológicas são destinados para fins comerciais, no entanto importa destacar que os mesmos alimentos são consumidos diariamente pelas famílias, garantindo a segurança alimentar e a subsistência de quem produz e consome. A fala do agricultor sinaliza esse aspecto: “[...] a gente consome o mínimo em termos do que a gente vende, mas tudo que é produzido se consome diariamente” (Entrevistado AF 02).

De acordo com Gazolla e Schneider (2007), os alimentos da estação, ou também chamados de sazonais, são alimentos cultivados e colhidos naturalmente na época do ano mais propícia para a sua produção, conforme as necessidades de clima, condições de solo e luz solar. Nessa lógica, os alimentos são colhidos no tempo certo, o que proporciona mais sabor e maior concentração de nutrientes, além de não necessitar de agrotóxicos e estimulantes para a produção. Ademais, quando se consome o alimento da estação está-se ingerindo o alimento em todo o seu potencial, isto é, todas as vitaminas e minerais que fazem parte do alimento estão presentes em sua totalidade (Amaral *et al.*, 2021).

Em relação às ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos em Santana do Livramento em meio à expansão do monocultivo da soja, as análises dos discursos e observações possibilitaram a criação de sete categorias analíticas, a saber: a) preconceito à mulher; b) escassez de mão de obra qualificada; c) falta de reconhecimento dos consumidores; d) proximidade com os monocultivos que utilizam agrotóxicos; e) precária situação das estradas rurais; f) carência de incentivos públicos; e g) baixa valorização em relação à produção de alimentos no sistema de produção agroecológico.

A categoria *preconceito à mulher* é destacada nos discursos de cinco dos nove entrevistados. De forma frequente, os relatos das agricultoras fazem alusão ao machismo estrutural no meio rural, ou seja, ao modo como o machismo está enraizado nas instituições e nas estruturas sociais, criando e perpetuando desigualdades entre homens e mulheres. Ainda, destacaram que historicamente a mulher é considerada alguém incapaz de exercer atividades predominantemente masculinas, construindo-se o estereótipo de que as mulheres se restringem às atividades do lar, e isso reflete-se nas adversidades vivenciadas por trabalhar no meio rural, produzir no sistema agroecológico e gerenciar a unidade de produção:

Quando eu consigo um ajudante, ensino como é a lida no sistema, a capina, eu tento ensinar, mas tem o preconceito que o homem tem da mulher. Eles não gostam de ser mandados por mulher; eles gostam de ser mandado por homem. É difícil! Porque acabam não fazendo como eu ensinei, não sendo produtivos, por isso que há anos eu trabalho sozinha (Entrevistada AF 09).

Como aponta Pessoa (2021), o protagonismo feminino nos processos produtivos é fundamental para a agroecologia. Isso deve-se à necessidade de enfrentar o machismo estrutural e o patriarcado, realidades presentes no meio rural que influenciam as relações de poder entre homens e mulheres. Por outro lado, Breitenbach e Corazza (2020) elucidam que é notória a transformação no meio rural, uma vez que o patriarcado nas áreas rurais brasileiras está reduzindo. Ainda, a superioridade masculina no meio rural não é mais absoluta e vem sendo questionada pelas organizações e pelas próprias mulheres do campo. Embora o cenário ainda não seja ideal, está em transformação positiva.

A categoria *ausência de mão de obra qualificada* é representada por quatro dos nove entrevistados, sendo um dos fatores mais evidenciados como entrave para o desenvolvimento da produção no sistema agroecológico. Nesse sentido, a ausência de mão de obra é retratada nos discursos relacionada à falta de pessoas capacitadas e interessadas em trabalhar no sistema agroecológico de produção. A cultura da “changa”⁷ é fortemente presente no município, isto é, o trabalho temporário e a falta de capacitação de mão de obra relacionada à questão cultural e associada à relação produtiva, conforme destaca a Entrevistada AF 0: “[...] a questão cultural é muito forte aqui, a cultura da ‘changa’, tem muito em Livramento, trabalho temporário, trabalhar por um, dois, três dias, ganhar um dinheiro e se sumir”.

De acordo Schneider e Fialho (2000), a pobreza estrutural, localizada na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, em áreas de concentração fundiária, junto à atividade das charqueadas de carne, como é a característica da região do município de Santana do Livramento, dispôs como determinante econômico-estrutural a tradição da pecuária extensiva (Heydt; Hoff; Troian, 2019). Os autores evidenciaram que as relações de trabalho vigentes na pecuária extensiva da região sul do Estado, nem sempre foram mediadas pelo assalariamento ou pelos contratos formais de trabalho. Ao contrário, as relações de trabalho existentes nessa atividade foram fortemente marcadas pela informalidade e a contratação de força de trabalho temporária (Schneider; Fialho, 2000). Nesse entendimento, torna-se possível afirmar que a carência de mão de obra na agricultura e a tendência à informalidade são reflexos dos traços culturais historicamente constituídos na região.

Adicionalmente, o agente de desenvolvimento, técnico especialista em oliveiras, menciona que, predominantemente, há a falta de pessoas dispostas a morar e trabalhar no meio rural, o que pode se configurar em um obstáculo para o prosseguimento da produção, conforme pontua o Entrevistado AD 03: “[...] hoje em dia tem muito déficit de mão de obra no campo, mão de obra contratada. E é um problema pra continuidade da produção se os filhos não permanecem para ter continuidade”.

Evidencia-se como a mão de obra é fundamental no sistema de produção e como a sua ausência afeta significativamente a unidade produtiva pela falta de cuidado diário. Campanhola e Valarini (2001) exemplificam que a agricultura de base ecológica, como os sistemas agroecológicos e orgânicos, são mais intensivos em mão de obra por não se pautarem em pacotes tecnológicos e na dependência de insumos externos à produção. Devido a isso, os sistemas produtivos requererem do agricultor maior atenção e cuidado com a plantação e, quando não há integrantes familiares suficientes para auxiliar no processo produtivo, recorrem à contratação de mão de obra externa. Identificam-se, também, alguns obstáculos, como a falta de mão de obra para trabalhar na capina e mão de obra qualificada para apoiar a produção (Caporal; Costabeber, 2004a; Peron *et al.*, 2018).

A terceira categoria, associada às ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos em Santana do Livramento, relaciona-se à *falta de reconhecimento dos consumidores*, que aparece nos discursos de três dos nove entrevistados. Para dois agricultores, há pouco reconhecimento por parte do mercado consumidor em relação ao sistema de produção agroecológico e baixa aceitação da aparência do alimento, desvalorizando-o, conforme menciona o agricultor:

⁷ Termo local utilizado para expressar a realização de trabalho temporário de baixa remuneração.

Eu vejo que tem pessoas que compram só pela beleza do produto e não levam em conta a qualidade, porque, às vezes, o produto nem tá tão bonito visualmente, mas é um produto orgânico, sem nada de químico, saudável, e as pessoas não compram porque as folhas são furadinhas, mas não se dão conta que as folhas têm furinhos porque não tem veneno, por isso que os bichinhos picam [...] tem muita desinformação aqui na cidade (Entrevistado AF 05).

O agente de desenvolvimento, técnico extensionista rural da Emater, também percebe a carência de valorização do mercado consumidor local como um entrave para a consolidação da produção agroecológica no município. Ele ressalta que esse fator se relaciona ao baixo nível de conhecimento e interesse da população, em geral, sobre os alimentos produzidos no sistema, conforme destaca:

O principal entrave é não ter um mercado de consumidores local que valorize de forma efetiva essa produção. O público que procura por produtos orgânicos é uma pequena minoria; a pessoa precisa provar pra perceber a diferença no sabor, porque se falarem sobre saúde e questões ambientais, isso aí é muito vago pra população. Não tem essa cultura de valorização; as pessoas realmente não sabem o que é o produto orgânico, produção agroecológica (Entrevistado AD 01).

De acordo com Terra e Costa (2017), em pesquisa realizada em Santana do Livramento parcela significativa da população santanense desconhece a definição de alimento orgânico, bem como suas características e seus benefícios, ocorrendo algumas distorções acerca do assunto. Os autores destacam que para os consumidores de alimentos orgânicos tanto o conceito quanto a motivação para a compra desse giram em torno da ausência da aplicação de agrotóxicos. Há, contudo, uma tendência de modificação em razão da necessidade de as pessoas cultivarem hábitos mais saudáveis visando a uma maior longevidade e alimentação sem contaminantes por resíduos químicos.

Para o outro agricultor a falta de reconhecimento dos consumidores vincula-se à ausência de clareza sobre o que é e como funciona uma unidade de produção familiar agroecológica. Devido a isso, por mais que ele se considere um produtor agroecológico, ele comercializa os seus produtos como orgânicos, posto que participa da Organização de Controle Social (OCS), a qual certifica a produção orgânica para a comercialização direta ao consumidor.

Sou agroecológico, na verdade, porque o orgânico é muito ligado à certificação em si, e como a gente trabalha com diversidade de plantas e todo esse estilo de vida também, que envolve agroecologia, que preza pela nossa saúde primeiro de tudo e dos nossos clientes, então me identifico mais como agroecológico, mas o problema que a gente enxerga é que pra o consumidor se tu falar em agroecologia isso ainda é muito novo. Na hora de vender a gente fala que é produtor orgânico pra eles, mas eu me considero agroecológico (Entrevistado AF 02).

Para Caporal e Costabeber (2004b), há equívocos conceituais que podem prejudicar o avanço da agroecologia, especialmente em razão do reducionismo conceitual, tácito e estratégico embutido em alguns enfoques alternativos ao modelo convencional de agricultura. Na visão dos autores, a agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agricultura sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica para toda a sociedade.

Nesse sentido, Assis e Romeiro (2002) esclarecem certos erros correntes sobre agroecologia e agricultura orgânica. Se por um lado o sistema orgânico de produção carrega a ênfase para um plantio mais saudável sem a utilização de agrotóxicos, os sistemas de produção agroecológicos apresentam um contexto mais amplo, pautado na diversificação alimentar, respeitando o perfil biológico de cada solo e bioma, fortalecendo e valorizando os saberes e as culturas locais, além de promover a agrobiodiversidade de maneira sistêmica e com justiça social.

A quarta categoria, referente às ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos em Santana do Livramento, relaciona-se aos *monocultivos que utilizam agrotóxicos*, que são relatado nos discursos de três dos nove entrevistados. Nesse sentido, agricultores evidenciaram que a produção agroecológica está em constante enfrentamento ao agronegócio baseado nos monocultivos e sem nenhuma força. Eles relataram, ainda, problemas em relação às monoculturas que empregam agrotóxicos, sobretudo as plantações de soja, que estão cada vez mais próximas de suas produções, resultando em malefícios ao meio ambiente e à saúde.

O agronegócio, a soja, vem espremendo quem quer trabalhar com agroecologia; e de que maneira? Eles usam veneno demais e a gente se sente esmagado. Tem lavouras de soja perto do nosso assentamento e, às vezes, à noite, eles pulverizam o agrotóxico e a gente não consegue dormir por causa do cheiro no ar, de tanto veneno. A exposição é grandíssima; ninguém usa o equipamento adequado pra pulverizar e não é uma coisa que tu usa hoje e amanhã tu tá doente; é uma coisa a longo prazo, mas o pessoal não tá nem aí; é uma produção com um ganho ilusório; não entendem que tão se matando aos pouquinhos e destruindo tudo na volta, inclusive a biodiversidade (Entrevistada AF 01).

Ratifica a problemática vivenciada pela agricultora o relato da agente de desenvolvimento, presidente da Associação Santanense de Produtores de Hortifrutigranjeiros (ASPH). A agente destaca que os manejos realizados na produção de soja para a manutenção da produtividade do grão (como o emprego de agrotóxicos e fertilizantes) apresentam-se como grandes obstáculos a serem superados, que se relacionam diretamente a políticas públicas, assistência técnica e extensão rural efetivas:

[...] a vinda da soja ocupando todas as áreas possíveis, os espaços, desprezando completamente a vida que ali existe, seja de humanos, de animais, ou qualquer outra vida que tem, ela vem chegando, devastando e vai entrando [...] no caso da pulverização do agrotóxico atingindo as áreas dos produtores orgânicos e agroecológicos, é uma grande ameaça [...] eu sempre digo, o problema não é a soja; é o manejo que é feito; eles não precisam fazer o manejo do solo; eles vão lá, metem adubo químico, agrotóxico e tem o retorno [...] ela [a soja] existe, é uma realidade; a gente tem que lidar [...] então tudo começa nas políticas públicas, na assistência técnica, na extensão rural (Entrevistada AD 02).

O uso indiscriminado de agrotóxicos⁸ pode acarretar inúmeros problemas para o meio ambiente, como contaminação do ar, das águas e do solo, causando a morte de animais e plantas. Essas substâncias podem deslocar-se no ambiente através dos ventos e da água da chuva para locais distantes de onde foram aplicados, causando efeitos drásticos em espécies

⁸ O crescente índice de uso de agrotóxicos sinaliza para o aumento do volume de agrotóxicos em circulação, com repercussão especialmente sobre o processo de liberação e de novos registros de pesticidas por ano no país. O número quase quintuplicou entre 2005 e 2018, passando de 91 para 450 registros anuais no período. Em 2019 foram registrados 474 e no ano de 2020 493 agrotóxicos, sinalizando um aumento vertiginoso de registros de agrotóxicos, pesticidas e substâncias tóxicas aprovadas (Mapa, 2021).

não alvo, afetando a biodiversidade, as redes alimentares e os ecossistemas aquáticos e terrestres (Fernandes, 2019). Ainda segundo Caporal e Costabeber (2004b), há o consenso de que o atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável, dada sua grande dependência de recursos não renováveis e limitados. Ademais, esse modelo tem sido responsável por crescentes danos ambientais e pelo aumento das diferenças socioeconômicas no meio rural.

O avanço da soja no pampa gaúcho tem provocado diversos efeitos negativos. Entre os anos 2000 e 2015 o aumento da área plantada de soja em municípios do pampa gaúcho superou 188,5%, posto que 8,2% da elevação ocorreu em áreas preservadas de campo nativo. Como consequência, o avanço da soja no pampa acontece em áreas tradicionais de cultivos pecuários, de formação natural e preservação do bioma, sinalizando a necessidade de planejamento quanto às questões de conservação e manejo de campos nativos no Sul do Brasil (Kuplich; Capoane; Costa, 2018). A região da campanha gaúcha sofre com o dilema entre a tradicional exploração pecuária e a substituição pelo cultivo do grão. O monocultivo tem incitado questões como esvaziamento demográfico, perda de fatores socioculturais e, principalmente, impactos causados ao ambiente natural do bioma (Maia; Troian, 2020).

A quinta categoria relaciona-se à *precária situação das estradas rurais* no município, a qual aparece nos relatos de duas das nove entrevistadas. Nesse sentido, as agricultoras relataram que, historicamente, sofrem com problemas em relação à infraestrutura e condição das estradas, caracterizando a situação como um entrave para o deslocamento e para a comercialização da produção, conforme o relato: “Nosso maior gargalo é a estrada. Entra e sai governo e não muda nada, nunca mudou. Historicamente as estradas rurais são péssimas; quando chove não entra e nem sai carro, alaga e não conseguimos entregar o produto” (Entrevistada AF 03).

Complementa a percepção da agricultora a fala do agente de desenvolvimento, professor universitário da Uergs. O professor menciona que as estradas rurais são o grande obstáculo vivenciado pelos agricultores familiares agroecológicos residentes na zona rural do município:

A precariedade das estradas rurais do município para quem trabalha com produtos perecíveis é um problema histórico que, talvez, tivesse uma solução, mas que precisaria de um grau de esforço maior inclusive extrapolando a própria ação da prefeitura local, que tem boa vontade, mas que não consegue dar conta do número de estradas que existem e também das dimensões que elas têm [...] infelizmente prejudica a qualidade no transporte desses gêneros perecíveis (Entrevistado AD 04).

Conforme Ferron, Troian e Breitenbach (2021), apesar da evolução histórica no sentido de se reconhecer e valorizar a agricultura familiar em Santana do Livramento, alguns aspectos dificultam o desenvolvimento da categoria social no município, como as precárias condições das estradas rurais e sua manutenção ineficiente. Os autores destacam que a distância do centro urbano e a precariedade das estradas podem dificultar o deslocamento dos agricultores familiares e a comercialização de seus produtos.

A sexta categoria vincula-se à *falta de incentivo de políticas públicas* para o aperfeiçoamento da produção, evidenciada nos relatos de duas das nove entrevistados. Nos discursos das agricultoras ressaltam a falta de apoio financeiro para incrementarem as produções agroecológicas, à medida que o sistema atual prioriza incentivar os monocultivos, como a soja, conforme menciona a agricultora:

Eu tenho uma caminhonete que eu uso pras entregas, que eu comprei com o meu dinheiro; precisei trabalhar do jeito que eu trabalhei e juntar do meu dinheiro pra comprar um carro pra trabalhar; pra mim isso é o cúmulo. Não tenho o mínimo de estímulo público; se tu produzir soja, capaz de arrumarem até a estrada pra ti, mas pra agricultora familiar, não (Entrevistada AF 09).

O entrave relatado pela agricultora é destaque no discurso do agente de desenvolvimento, secretário de agricultura, que reconhece que há maior incentivo de políticas de créditos aos monocultivos, principalmente a soja, por se tratar de uma *commodity* com preço valorizado no mercado internacional. Em razão disso, admite que se torna mais onerosa a aquisição de incentivos públicos financeiros pelos agricultores familiares agroecológicos. Ainda assim, destaca que há esforços no âmbito municipal para apoiar os agricultores, conforme pontua:

[...] vem evoluindo ao longo do tempo; claro que se tu for no banco e quiser um financiamento pra melhorias na tua produção e se tu plantar soja, provavelmente tu vai ter o recurso, porque é um negócio que está valorizado internacionalmente, mas não quer dizer que o agricultor orgânico, agroecológico, não vai obter; pode ser mais trabalhoso, mas há organismos no município, como a própria Secretaria Municipal de Agricultura. A Emater está dando apoio e se envolvendo em ações de incentivo e suporte aos agricultores (Entrevistado AD 05).

Embora haja políticas e programas de incentivos para a agricultura familiar, como a linha de financiamento para custeio e investimentos na produção, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ainda existem carências no fomento de processos produtivos sustentáveis familiares. Dessa forma, o desafio passa pela conscientização do consumidor, do produtor e dos governos para que o abastecimento de alimentos seja relocado e descentralizado, passando a ocupar um lugar de maior destaque tanto nas políticas públicas quanto na vida cotidiana dos cidadãos (Maas; Malvestiti; Gontijo, 2020).

Segundo Darolt (2019), houve avanços no campo das políticas públicas com a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), posto que políticas públicas de indução à transição agroecológica, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento rural e conservação da biodiversidade, têm efeito nas diferentes dimensões (ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas). Por isso, as ações dos atores devem estar articuladas com os formuladores de políticas públicas para que o apoio à agroecologia seja permanente e continuado. Dessa forma, o desafio é criar instrumentos de governança intersetorial para garantir uma boa coordenação entre as iniciativas.

Por fim, a sétima categoria, vinculada às ameaças à produção familiar agroecológica em Santana do Livramento, associa-se à *baixa valorização em relação à produção de alimentos no sistema de produção agroecológico* por parte de uma significativa parcela da sociedade. Nesses termos, para os agricultores a desvalorização se relaciona à ausência de conhecimento da população sobre os benefícios do alimento orgânico produzido de forma agroecológica, o que leva à depreciação da produção por parte de uma fração da sociedade que desconsidera a importância desse tipo de alimento, conforme o discurso seguinte:

Aqui na nossa cidade não tem valor pra nada disso. O valor aqui quem dá é quem gosta e que sabe o que é o produto orgânico, mas o resto do pessoal não. Tem um pessoal aí que a gente fala que é produtor orgânico e dão risada. Falta de educação! Porque quem é que pega numa enxada hoje em dia? Tá difícil! Eu planto quase um hectare de mandioca e um

hectare de feijão miúdo, tudo capinando, tudo limpo, eu que limpo e ainda tem um pessoal que não valoriza isso (Entrevistado AF 06).

O agente de desenvolvimento – professor universitário – também reconhece a baixa valorização da população santanense em relação à produção de alimentos no sistema agroecológico. Ainda assim, sinaliza que há uma evolução gradual e que uma parcela da população se preocupa com a qualidade nutricional e a procedência do alimento consumido. Reconhece, contudo, que a maioria da população não concede o devido valor e apreço à produção agroecológica familiar:

Tem vários agricultores que se tu fores perguntar se tem valorização a produção agroecológica no município, a grande maioria deles vão responder que não tem. Mesmo assim tem uma parcela que busca por uma alimentação mais saudável, mas boa parte da população desconsidera esse tipo de produção, não prioriza o consumo de alimentos orgânicos, por isso que, para boa parte dos agricultores, não há valorização (Entrevistado AD 04).

O consumo de alimentos orgânicos relaciona-se ao grau de escolaridade dos consumidores. Isto é, quanto maior o nível educacional, maior é a compreensão sobre os benefícios do alimento para a saúde humana e o meio ambiente (Vasconcelos, 2018). Por isso, a ausência de conhecimentos e processos educativos sobre a temática, por vezes, tende a ser um obstáculo para a expansão dos sistemas de produção orgânicos e agroecológicos que se relaciona à falta de valorização do produto, desestimulando os processos de certificação e validação.

Apesar disso, reconhece-se que produzir alimentos agroecológicos, tanto para o autoconsumo familiar quanto para a comercialização, legitima-se como uma ação de resistência; ainda mais em um cenário adverso, em que a produção de *commodities* agrícolas é continuamente valorizada em termos de incentivos financeiros e midiáticos. Em oposição, a forma de reprodução socioeconômica da agricultura familiar agroecológica em Santana do Livramento, carrega a aptidão de gerar desenvolvimento para a região a partir da agricultura de base sustentável.

Os resultados encontrados evidenciam as ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos em Santana do Livramento, e foi destacada uma série de desafios que afetam diretamente a sustentabilidade e a valorização da agroecologia no município e região em meio à expansão do monocultivo da soja. As sete categorias identificadas revelam um cenário complexo, marcado por fatores econômicos, sociais e culturais que interagem de maneira dinâmica. A presença de preconceito à mulher no meio rural é uma realidade, revelando o enraizamento do machismo estrutural que dificulta a participação plena das mulheres nas atividades produtivas, principalmente nas áreas historicamente dominadas pelos homens. O cenário é um entrave não apenas para a efetiva participação das mulheres, mas também para a sustentabilidade dos sistemas agroecológicos que dependem do envolvimento de todos os membros da família na produção.

A escassez de mão de obra no campo é um problema crucial. A falta de formação adequada para o trabalho no campo e a dificuldade em reter mão de obra são elementos que tornam o processo de produção agroecológica ainda mais complexo. Adicionalmente, o baixo reconhecimento por parte dos consumidores sobre os benefícios dos alimentos agroecológicos é uma das principais ameaças à consolidação desse modelo de produção. Isso é particular-

mente problemático em um contexto onde o mercado local, em grande parte, não reconhece a importância da produção sustentável, resultando em uma desvalorização de preço e reconhecimento social do agricultor agroecológico. As dificuldades de comunicação e *marketing* também se refletem na falta de consciência ambiental e na desinformação sobre os impactos da produção convencional.

A expansão do monocultivo da soja, em manejos que dependem do uso de agrotóxicos, representa uma ameaça significativa à saúde, ao meio ambiente e à produção agroecológica. Os relatos sobre os impactos da pulverização de agrotóxicos nas unidades produtivas demonstram os riscos da convivência forçada entre dois modelos agrícolas tão distintos. O uso de veneno sem controle adequado não somente afeta as culturas agroecológicas, mas também prejudica a biodiversidade local, o solo e a saúde da população. A pressão do agronegócio e a carência de regulamentação eficiente agravam ainda mais a situação.

A falta de acesso adequado às estradas igualmente limita o potencial de comercialização e a competitividade no mercado, prejudicando a sustentabilidade das unidades familiares de produção, favorecendo as grandes produções que são beneficiadas por políticas públicas que priorizam o agronegócio. A carência de políticas públicas eficazes de apoio à produção agroecológica é um gargalo importante. Embora existam algumas iniciativas de incentivo à agricultura familiar, essas políticas, muitas vezes, são ineficientes e insuficientes. As políticas de incentivo são frequentemente direcionadas à produção convencional, enquanto a agroecologia luta para se consolidar, resultando em um ambiente desvantajoso para a agricultura sustentável.

Por fim, a resistência e a desvalorização da produção agroecológica em Santana do Livramento revelam a necessidade urgente de iniciativas de sensibilização e educação para promover a sustentabilidade no consumo de alimentos. O fortalecimento da agroecologia depende, portanto, de um esforço conjunto entre agricultores, consumidores e políticas públicas que promovam um modelo de produção mais justo, sustentável e respeitoso com o meio ambiente e a saúde humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar as ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos perante a expansão do monocultivo da soja no município de Santana do Livramento/RS. A agricultura familiar agroecológica representa uma alternativa promissora de produção agrícola, que valoriza a diversidade biológica, promove a justiça social, fortalece a sustentabilidade dos sistemas produtivos e contribui para a conservação ambiental, em contraposição ao modelo de monoculturas com o uso intensivo de agrotóxicos, que causa impactos negativos no meio ambiente e na sociedade. A perda da biodiversidade, a degradação do solo e a contaminação dos recursos hídricos são algumas das consequências ambientais. Socialmente, a concentração de terras e a dependência de insumos externos fragilizam as comunidades locais; economicamente, o modelo produtivo convencional favorece as grandes corporações em detrimento da agricultura familiar.

Em Santana do Livramento coexistem dois modelos agrícolas distintos: a agricultura familiar agroecológica, que prioriza a sustentabilidade e a conservação da biodiversidade, e as grandes propriedades monocultoras, que dominam as práticas agrícolas da região. A agricultura

familiar agroecológica destaca-se como um importante pilar para a sustentabilidade do pampa, contribuindo significativamente para os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais da região.

A expansão da soja em Santana do Livramento gera a conversão de áreas nativas em monoculturas, a perda da diversidade local e práticas agrícolas inadequadas que ameaçam a sustentabilidade no meio rural do município. A prática agrícola, caracterizada pelo cultivo de uma única espécie em vastas extensões de terra, pode levar a diversas consequências para o meio ambiente, como a perda de *habitat*, a redução da diversidade de espécies, a contaminação do solo e da água e as alterações no clima.

O monocultivo da soja, ao promover a homogeneização do campo e a degradação ambiental, impacta negativamente a vida dos agricultores familiares agroecológicos. Destarte, agricultores familiares agroecológicos cada vez com menos áreas de terra, fomentam práticas sustentáveis que ressignificam e revitalizam terras improdutivas, fornecendo alimentos variados e nutritivos. Por isso, é preciso pensar na produção agroecológica enquanto luta política, educação popular, movimento e prática. A democratização de terras significa comida saudável na mesa das pessoas e a garantia da sobrevivência da agricultura familiar.

A agricultura familiar agroecológica surge como uma opção promissora, capaz de conciliar a produção de alimentos com a conservação ambiental e o desenvolvimento social. Ao promover essas alternativas é possível construir um sistema alimentar mais justo, sustentável e que garanta a segurança alimentar e a qualidade de vida das comunidades rurais. Por fim, urge a necessidade de se articular coletivamente uma sociedade inclusiva, solidária, agroecológica e nutrida. Assim, é possível almejar um futuro melhor, mas cuidar do hoje é prioritário e urgente, pois muitas são as facetas que entrelaçam o ato de produzir, alimentar-se, querer e poder.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- ALVES MACIEL, M. D.; TROIAN, A.; VASCONCELOS DE OLIVEIRA, S. Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. *Espacio Abierto*, Maracaibo, v. 31, n. 3, p. 23-41, 2022.
- AMARAL, L. de S. et al. Redes agroalimentares alternativas: um olhar sobre a central de comercialização da agricultura familiar e economia solidária no Rio Grande do Norte. *Revista Inter-Legere*, Natal, v. 4, n. 30, 2021.
- AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. O papel da agricultura familiar na superação da crise atual. *Brasil Debate (site)*. Publicado em: 27 abr. 2021. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/o-papel-da-agricultura-familiar-na-superacao-da-crise-atual/>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 6, p. 67-80, 2002.
- BARCELLOS, M. D. de. As contribuições da agricultura e da alimentação para a agenda 2030. In: PREISS, P.; SCHNEIDER, S. (org.). *Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos*. Porto Alegre: UFRGS, 2020.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BLAY-PALMER, A. et al. *Sustainable food system assessment: lessons from global practice*. New York: Routledge, 2020.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 16, n. 3, p. 413-428, 2020.

- BUAINAIN, A. M. (org.). *Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, J. P. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA: SAF: Dater-IICA, 2004a.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA: SAF: Dater-IICA, 2004b.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Produção de grãos é estimada em 272,5 milhões de toneladas com clima favorável para as culturas de 2ª safra. *Portal do Governo Federal (site)*. Publicado em: 7 jul. 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4684-producao-de-graos-e-estimada-em-272-5-milhoes-de-toneladas-com-clima-favoravel-para-as-culturas-de-2-safra>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- CORRÊA, M. L. M. *et al.* Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1070-1083, 2019.
- DAL SOGLIO, F. A agricultura moderna e o mito da produtividade. In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (org.). *Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- DAROLT, M. Agroecologia: definição, lições aprendidas e desafios. *Observatório Brasileiro de Economia e Mercados Agroecológicos e Orgânicos (site)*. Publicado em: 9 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/obema/agroecologia-definicao-liceos-aprendidas-e-desafios/>. Acesso em: 2 maio 2022.
- DOWBOR, L. Fome, uma decisão política e corporativa. In: CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. P. (org.). *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Cátedra Josué de Castro: Zabelê Comunicação: Editora Elefante, 2022.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *O agro brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas, diz estudo da Embrapa*, 2021a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59784047/o-agro-brasileiro-alimenta-800-milhoes-de-pessoas-diz-estudo-da-embrapa>. Acesso em: 8 set. 2021.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Soja em números (safra 2020/21)*, 2021b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 9 set. 2021.
- FERNANDES, A. C. S. de A. O pensamento agroecológico como quebra dos paradigmas da agricultura convencional: o crescimento do controle biológico no Brasil e o uso de defensivos químicos. *Revista Terra Mundus*, Buenos Aires, v. 6, n. 1, 2019.
- FERNANDES, C. V. dos R.; MORALES, A. G.; LOURENZANI, A. E. B. S. Narrativas de agricultores familiares: dificuldades e motivações no sistema agroecológico. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Curitiba, v. 16, n. 4, p. 305-319, 2021.
- FERRON, J. da L.; TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Agricultura familiar e reprodução social: estratégias dos assentados de Santana do Livramento/RS. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 19, n. 57, 2021.
- FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 17-27, 2008.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.
- GRISA, C. *et al.* (org.). *Sistemas alimentares e territórios no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2022.
- GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. “Produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria*, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.
- HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. 9. ed. Rio de Janeiro: PTA: Fase, 2011.
- HEYDT, D.; HOFF, D. N.; TROIAN, A. A formação econômica de Santana do Livramento/RS. *Revista Estratégia e Desenvolvimento*, Santana do Livramento, v. 2, n. 1, p. 32-54, 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*, 2019. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 23 jan. 2021.

- KUPLICH, T. M.; CAPOANE, V.; COSTA, L. F. F. O avanço da soja no Bioma Pampa. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 31, p. 83-100, 2018.
- MAAS, L.; MALVESTITI, R.; GONTIJO, L. A. O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, 2020.
- MACIEL, M. D. A. *Desenvolvimento sustentável e as práticas inovadoras da agricultura familiar: o caso de Santana do Livramento/RS*. 2022. 274 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Pampa, Programa de Pós-Graduação em Administração, Santana do Livramento, 2022.
- MAIA, J. F.; TROIAN, A. Transformações no cenário rural em Dom Pedrito: efeitos da modernização da agricultura. SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – SIEPE, 12., 2020, Santana do Livramento. *Anais [...]*. Santana do Livramento, 2020. p. 1-2. V. 2. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346398551_TRANSFORMACOES_NO_CENARIO_RURAL_EM_DOM_PEDRITO_EFEITOS_DA_MODERNIZACAO_DA_AGRICULTURA. Acesso em: 5 jan. 2025.
- MALUF, R. Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 27, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8659993>. Acesso em: 2 ago. 2021.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Informações técnicas*. Governo Federal, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/informacoes-tecnicas>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- PERON, C. C. et al. Produção orgânica: uma estratégia sustentável e competitiva para a agricultura familiar. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v. 21, n. 2, p. 104-127, 2018
- PREISS, P.; SCHNEIDER, S. (org.). *Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos*. Porto Alegre: UFRGS, 2020.
- PESSÔA, J. R. *Gênero e educação: a formação educacional para a igualdade de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.
- RASTOIN, J.; GHERSI, G. *Le système alimentaire mondial. Concepts et méthodes, analyses et dynamiques*. [S. l.]: Quae, 2010. 565 p.
- REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 8 jun. 2022.
- SABOURIN, E. et al. Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil. In: GRISA, C. et al. *Sistemas alimentares e territórios no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2022.
- SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.
- SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 8, n. 15, p. 117-149, 2000.
- SWINBURN, B. et al. The Global Syndemic of Obesity, Under nutrition, and Climate Change. *The Lancet Commission Report*, London, v. 393, ISSUE 10173, p. 791-846, 2019. Disponível em: <https://www.thelancet.com/commissions/global-syndemic>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- TERRA, S. B.; COSTA, J. E. L. da. Nível de informação e consumo da população sobre produtos orgânicos em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Pombal, v. 12, n. 2, p. 311-318, 2017.
- TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Estratégias e formas de reprodução social na agricultura familiar da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. *Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 21, n. 1, 2018.
- VASCONCELOS, V. H. R. de. *Feiras agroecológicas da cidade de João Pessoa – Paraíba: caracterização de produtores e consumidores de alimentos orgânicos e sua relação com a gastronomia paraibana*. 2018. 75 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, João Pessoa, 2018.

VINUTO, J. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 201-218, 2014.

WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

WEBER, J.; SILVA, T. N. da. A produção orgânica no Brasil sob a ótica do desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 19, n. 54, p. 164-184, 2021.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, [S. l.], v. 29, p. 503-515, 2009.

Autor Correspondente

Alessandra Troian

Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

R. Barão do Triunfo, 1048 – Centro, Santana do Livramento/RS, Brasil. CEP 97573-634

alessandratroian@unipampa.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

